



VIII LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1999-2000)

COMISSÃO PERMANENTE

REUNIÃO DE 5 DE SETEMBRO DE 2000

Presidente Ex.^{mo} Sr. António de Almeida Santos

Secretários Ex.^{mos} Srs Artur Rodrigues Pereira dos Penedos
Manuel Maria Moreira

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a reunião às 15 horas e 15 minutos.

Deu-se conta da apresentação na Mesa da proposta de lei n.º 44/VIII, dos projectos de lei n.ºs 272 a 293/VIII, das propostas de resolução n.ºs 40 e 41/VIII, da apreciação parlamentar n.º 22/VIII, da interpelação ao Governo n.º 5/VIII, do projecto de resolução n.º 71/VIII, bem como de requerimentos e de respostas a alguns outros.

O Sr. Deputado António Capucho (PSD) teceu críticas às políticas seguidas pelo Governo e anunciou a apresentação ainda antes do debate do Orçamento do Estado para 2001, de uma moção de censura ao Governo. Respondeu, depois, ao pedido de esclarecimento do Sr. Deputado Francisco de Assis (PS).

O Sr. Deputado Paulo Portas (CDS-PP) responsabilizou o Governo pelo agravamento da crise política que se vive no País. No final, respondeu a pedidos de esclarecimento do Sr. Deputado José Junqueiro (PS).

O Sr. Deputado Lino de Carvalho (PCP) criticou a reposição tardia da bonificação das taxas de juro para compra de casa própria e exigiu a sua reposição desde Abril último, assim como ajustamentos salariais devido ao aumento da inflação, situações que têm levado ao endividamento das famílias.

O Sr. Deputado Manuel dos Santos (PS), em resposta às acusações dos partidos da oposição, referiu que o Governo tem vindo a cumprir as grandes linhas das políticas financeira, económica e social a que se propôs no Orçamento do Estado para 2000, o que tem resultado num crescimento do rendimento das famílias, após o que respondeu a pedidos de esclarecimento do Deputado Lino de Carvalho (PCP).

O Sr. Deputado Francisco Louçã (BE), responsabilizou o Executivo do PS pela crise política e de governação que considerou existir no país.

O Sr. Presidente encerrou a sessão às 16 horas e 15 minutos.

O Sr Presidente — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a reunião

Eram 15 horas e 15 minutos

Estavam presentes os seguintes Srs Deputados

Partido Socialista (PS)

Ana Catarina Veiga Santos Mendonça Mendes
António Alves Martinho
António de Almeida Santos
António Fernandes da Silva Braga
António Fernando Marques Ribeiro Reis
Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho
Artur Rodrigues Pereira dos Penedos
Casimiro Francisco Ramos
Eduardo Ribeiro Pereira
Francisco José Pereira de Assis Miranda
Joel Eduardo Neves Hasse Ferreira
Jorge Lacão Costa
Jorge Manuel Gouveia Strecht Ribeiro
José Adelmo Gouveia Bordalo Junqueiro
José Aurélio da Silva Barros Moura
José Carlos das Dores Zorrinho
José Manuel Santos de Magalhães
Manuel Alegre de Melo Duarte
Manuel António dos Santos
Rosa Maria da Silva Bastos da Horta Albernaz

Partido Social Democrata (PSD)

António D'Orey Capucho
José Luís Vieira de Castro
Guilherme Henrique Valente Rodrigues da Silva
João Bosco Soares Mota Amaral
José David Gomes Justino
José Manuel Durão Barroso
Luís Maria de Barros Serra Marques Guedes
Manuel Maria Moreira
Maria Manuela Dias Ferreira Leite
Maria Ofélia Fernandes dos Santos Moleiro
Rui Fernando da Silva Rio

Partido Comunista Português (PCP)

António Filipe Gaião Rodrigues
Lino António Marques de Carvalho
Bernardino José Torrão Soares

Partido do Centro Democrático Social — Partido Popular (CDS-PP).

Basílio Adolfo de Mendonça Horta da França
Narana Sinai Coissoró
Paulo Sacadura Cabral Portas
Sílvio Rui Neves Correia Gonçalves Cervan

Partido Ecologista «Os Verdes» (PEV)

Isabel Maria de Almeida e Castro

Bloco de Esquerda (BE).

Francisco Anacleto Louçã

O Sr Presidente — Srs Deputados, tal como disse na Conferência dos Representantes dos Grupos Parlamentares,

e já que o sentimento é o mesmo, por mais incrível que pareça e por melhores que tenham sido as férias, já tinha saudades vossas!

Risos

Não sei se é vício ou se é dedicação! É capaz de ser as duas coisas!

Vamos então dar início à reunião, em que trataremos de assuntos de interesse político relevante. Já se inscreveram os Srs. Deputados António Capucho, Paulo Portas, Lino de Carvalho e Manuel dos Santos.

Entretanto, o Sr Secretário vai dar conta dos diplomas, dos requerimentos e das respostas a requerimentos que deram entrada na Mesa

O Sr Secretário (Artur Penedos) — Sr Presidente e Srs Deputados, deram entrada na Mesa, e foram admitidas, as seguintes iniciativas legislativas propostas de lei n.º 44/VIII — Estabelece o Enquadramento Orçamental do Estado, que baixou à 5.ª Comissão, projectos de lei n.º 272/VIII — Lei do Enquadramento Orçamental (PCP), que baixou igualmente à 5.ª Comissão, 273/VIII — Elevação da povoação de Pêra, no município de Silves, à categoria de vila (PSD), que baixou à 4.ª Comissão, 274/VIII — Elevação da povoação de Algôz, no município de Silves, à categoria de vila (PSD), que baixou também à 4.ª Comissão, 275/VIII — Regime Jurídico da Criação e de Instalação de Municípios na Região Autónoma dos Açores (PS), que baixou às 1.ª e 4.ª Comissões, 276/VIII — Faz depender da publicação de normas especiais a aplicação às Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira das alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 567/99, de 23 de Dezembro, ao Decreto-Lei n.º 329/95, de 9 de Dezembro (Regulamento da Náutica de Recreio) (CDS-PP), que baixou à 1.ª Comissão, 277/VIII — Confere a natureza de crime público ao crime contra a integridade física, quando praticado contra agentes das forças e dos serviços de segurança (CDS-PP), que baixou igualmente à 1.ª Comissão, 278/VIII — Cria o subsídio de risco para os agentes da Polícia de Segurança Pública e regula provisoriamente a atribuição dos subsídios de turno e de piquete (CDS-PP), que baixou à 9.ª Comissão, 279/VIII — Torna extensível aos militares da Guarda Nacional Republicana o suplemento de condição militar (CDS-PP), que baixou também à 9.ª Comissão, 280/VIII — Cria o empréstimo escolar (CDS-PP), que baixou à 7.ª Comissão, 281/VIII — Altera o Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado (CIVA) (BE), que baixou à 5.ª Comissão, 282/VIII — Altera o Estatuto dos Benefícios Fiscais (BE), que baixou igualmente à 5.ª Comissão, 283/VIII — Altera o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) (BE), que baixou também à 5.ª Comissão, 284/VIII — Revoga o Código do Imposto Municipal de Sisa e do Imposto sobre Sucessões e Doações e altera o Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado e o Código do Imposto do Selo (BE), que baixou à 5.ª Comissão, 285/VIII — Revê o regime de sigilo bancário nos casos de entidades patronais devedoras ao sistema de segurança social (BE), que baixou à 5.ª Comissão, 286/VIII — Altera o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) (BE), que baixou à 5.ª Comissão, 287/VIII — Revê o regime de sigilo bancário nos casos de entidades que se candidatem a subsídios públicos (BE), que baixou à 5.ª Comissão, 288/VIII — Altera o Decreto-Lei n.º 158/96, de 3 de Setembro, que define a Lei Orgânica do Ministério das

Finanças, e o Decreto-Lei n.º 205/97, de 12 de Agosto, que regulamenta o Estatuto Legal do Defensor do Contribuinte (BE), que baixou à 5.ª Comissão, 289/VIII — Define o regime fiscal de combate à especulação imobiliária nas zonas de *continuum* urbano e define o Programa de Recuperação do Parque Habitacional (BE), que baixou à 5.ª Comissão, 290/VIII — Estabelece o imposto de solidariedade sobre as grandes fortunas (BE), que baixou à 5.ª Comissão, 291/VIII — Altera o Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro) (BE), que baixou à 5.ª Comissão, 292/VIII — Estabelece o imposto sobre o património imobiliário (BE), que baixou à 5.ª Comissão, e 293/VIII — Altera o imposto automóvel (Decreto-Lei n.º 40/93, de 18 de Fevereiro) (BE), que baixou à 5.ª Comissão, propostas de resolução n.º 40/VIII — Aprova o Acordo entre a República Portuguesa e a Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China, sobre a Promoção e a Protecção Recíproca de Investimentos, assinado em Lisboa, em 17 de Maio de 2000, que baixou à 2.ª Comissão, e 41/VIII — Aprova, para ratificação, o Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional, aberto à assinatura dos Estados em Roma, em 17 de Julho de 1998, que baixou às 1.ª e 2.ª Comissões, apreciação parlamentar n.º 22/VIII (PSD) — Decreto-Lei n.º 148/2000, de 19 de Julho, que fixa o regime de pagamento de custas e de patrocínio judiciário dos membros do Governo e dos altos dirigentes da Administração Pública, quando demandados em virtude do exercício das suas funções, interpelação n.º 5/VIII — Centrada na reforma tributária e políticas de combate à fraude fiscal (BE), e projecto de resolução n.º 71/VIII — Promove medidas urgentes para o combate à ineficiência e falta de transparência na administração fiscal (BE)

O Sr Presidente — Como se vê, nem todos os Srs Deputados gozaram férias!

Faça favor de prosseguir, Sr Secretário

O Sr Secretário (Artur Penedos) — Foi dirigido pela Embaixada de França à Assembleia um ofício agradecendo o voto aqui aprovado em resultado do acidente verificado com um avião francês

Foram, ainda, apresentados na Mesa vários requerimentos No dia 12 de Julho de 2000 ao Ministério do Equipamento Social, formulado pelo Sr Deputado António Dias Baptista, ao Ministério da Saúde, formulados pelos Srs Deputados Ana Manso, Carlos Martins e Pedro Mota Soares, a diversos Ministérios, formulados pelo Sr Deputado Bruno Vitorino, à Secretaria de Estado da Juventude, formulado pelo Sr Deputado Luís Cirilo, à Secretaria de Estado da Comunicação Social, formulado pela Sr.ª Deputada Manuela Aguiar, à Secretaria de Estado da Educação, formulado pelo Sr Deputado Rosado Fernandes, a diversos Ministérios, formulados pelo Sr. Deputado Francisco Louçã, aos Ministérios da Educação e da Saúde, formulados pelo Sr Deputado Luís Fazenda.

Na Comissão Permanente de 13 de Julho de 2000 ao Ministério do Equipamento Social, formulado pelo Sr. Deputado Barbosa Ribeiro, ao Governo, formulados pelo Sr Deputado Mota Amaral, aos Ministérios da Economia e das Finanças, formulado pelo Sr Deputado Honório Novo; a diversos Ministérios, ao Instituto do Desenvolvimento e Inspeção das Condições de Trabalho

e à Câmara Municipal de Coimbra, formulados pela Sr.ª Deputada Natália Filipe, ao Ministério da Educação, formulado pelo Sr Deputado Francisco Louçã

No dia 19 de Julho de 2000 à Secretaria de Estado da Segurança Social e dos Assuntos Fiscais, formulados pelo Sr. Deputado Laurentino Dias, ao Ministério da Educação, formulados pelo Sr Deputado Bernardino Soares, ao Ministério do Trabalho e da Solidariedade e à Secretaria de Estado do Trabalho e Formação, formulado pelo Sr Deputado Honório Novo, ao Ministério da Saúde, formulados pela Sr.ª Deputada Natália Filipe; aos Ministérios da Economia e da Saúde, formulados pela Sr.ª Deputada Heloísa Apolónia, a diversos Ministérios e à Secretaria de Estado para a Defesa do Consumidor, formulados pela Sr.ª Deputada Isabel Castro, ao Ministério do Trabalho e da Solidariedade, formulado pelo Sr Deputado Pedro Mota Soares

Na reunião plenária de 26 de Julho de 2000 aos Ministérios da Saúde e do Equipamento Social, formulados pela Sr.ª Deputada Ana Catarina Mendonça, ao Ministro Adjunto e da Administração Interna, formulado pelo Sr Deputado Barbosa Ribeiro, ao Ministério da Saúde, formulados pelos Srs Deputados Casimiro Ramos e Natália Filipe, aos Ministérios das Finanças, da Economia e da Saúde, formulado pela Sr.ª Deputada Maria Fernanda Costa, a diversos Ministérios, formulados pelo Sr Deputado Francisco Torres, ao Ministério da Cultura, formulado pelo Sr Deputado João Pedro Correia, ao Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, formulados pelos Srs Deputados Ana Manso e António Nazaré Pereira, ao Ministério da Educação, formulados pelos Srs Deputados Ana Narciso, David Justino e Luís Cirilo, aos Ministérios da Saúde e do Trabalho e da Solidariedade, formulados pelo Sr Deputado Carlos Marta, a diversos Ministérios, à Administração do Parque Expo e ao Procurador-Geral da República, formulados pelo Sr Deputado José Eduardo Martins, ao Ministério da Administração Interna, formulado pelo Sr Deputado Machado Rodrigues; ao Conselho de Administração da CP, formulado pelo Sr Deputado Manuel Moreira, às Secretarias de Estado da Comunicação Social e das Comunidades Portuguesas, formulados pela Sr.ª Deputada Manuela Aguiar, ao Governo, formulados pelos Srs Deputados Mota Amaral e Bernardino Soares, ao Ministério do Planeamento, formulados pelos Srs Deputados Rui Rio e Miguel Anacoreta Correia, a diversos Ministérios, formulados pelo Sr Deputado Agostinho Lopes, ao Instituto de Navegabilidade do Douro, à REFER, a diversos Ministérios e às Câmaras Municipais de Gondomar e Valongo, formulados pelo Sr. Deputado Honório Novo, aos Ministérios da Educação e da Administração Interna, formulados pelo Sr Deputado Joaquim Matias, a diversos Ministérios, formulados pelo Sr Deputado Lino de Carvalho, ao Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território, formulado pela Sr.ª Deputada Luísa Mesquita, aos Ministérios da Economia e do Trabalho e da Solidariedade, formulados pelo Sr Deputado Vicente Merendas, a diversos Ministérios e à Secretaria de Estado da Administração Marítima e Portuária, formulados pela Sr.ª Deputada Natália Filipe, a diversos Ministérios e à Câmara Municipal de Alcanena, formulados pelo Sr Deputado Herculano Gonçalves, aos Ministérios do Equipamento Social e da Reforma do Estado e da Administração Pública, formulado pelo Sr. Deputado Narana Coissoró, a diversos Ministérios, formulados pela Sr.ª Deputada Heloísa Apolónia, a diver-

nos Ministérios, formulados pelo Sr. Deputado Francisco Louçã.

No dia 28 de Julho de 2000 ao Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território e à Câmara Municipal de Viana do Castelo, formulados pelo Sr Deputado Artur Torres Pereira, ao Ministério da Educação, formulado pelo Sr. Deputado João Rebelo, aos Ministérios da Economia e das Finanças, formulado pelo Sr Deputado Francisco Louçã, ao Governo, formulado pelo Sr Deputado José Barros Moura

No dia 31 de Julho de 2000 ao Ministério do Planeamento, formulado pelo Sr Deputado Rui Rio, à Secretaria de Estado da Administração Marítima e Portuária, formulado pelo Sr Deputado Hermínio Loureiro, ao Ministério da Educação, formulados pelo Sr Deputado Castro de Almeida, a diversos Ministérios, formulados pelo Sr Deputado António Filipe, ao Ministério do Equipamento Social, formulado pelo Sr Deputado Joaquim Matias, a diversos Ministérios, formulados pelo Sr Deputado Vicente Merendas, ao Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território e à Câmara Municipal de Gondomar, formulados pelo Sr Deputado Honório Novo, à Secretaria de Estado do Desporto e ao Governo, formulados pelo Sr Deputado Bernardino Soares, aos Ministérios da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas e da Economia, formulados pela Sr^a Deputada Fátima Amaral, a diversos Ministérios, formulados pela Sr^a Deputada Odete Santos, aos Ministérios da Educação e da Cultura, formulados pelo Sr Deputado Pedro Mota Soares, a diversos Ministérios e Secretarias de Estado, formulado pelo Sr Deputado Nuno Teixeira de Melo

O Governo respondeu aos requerimentos apresentados pelos Srs Deputados a seguir referidos Nos dias 10 e 11 de Julho Ribeiro e Castro, no dia 15 de Novembro, Agostinho Lopes, nas sessões de 18 de Novembro, 19 de Janeiro e 27 de Junho, Medeiros Ferreira, na sessão de 19 de Dezembro, José Meleiro e Nuno Teixeira de Melo, na sessão de 13 de Janeiro, Carlos Martins, no dia 18 e na sessão de 20 de Janeiro, Barbosa Ribeiro, na sessão de 20 de Janeiro e no dia 24 de Fevereiro, Sílvio Rui Cervan, na sessão de 19 de Janeiro e no dia 19 de Maio; Armando Vieira, na sessão de 20 de Janeiro, Manuela Aguiar, no dia 14 de Fevereiro, Narana Coissoró, no dia 24 de Fevereiro, Lino de Carvalho, no dia 28 de Fevereiro, Margarida Botelho, no dia 28 de Fevereiro e na sessão de 24 de Abril, Jovita Ladeira, nas sessões de 6 de Abril e 11 de Maio, Rosado Fernandes, nas sessões de 24 de Março e 7 de Junho, Maria Celeste Cardona, na sessão de 5 de Abril, Mota Torres, na sessão de 27 de Abril, Luís Fazenda, nas sessões de 31 de Maio e 1 de Junho, Carlos Luís, na sessão de 1 de Junho, Heloísa Apolónia, na sessão de 2 e no dia 20 de Junho, Ricardo Castanheira, na sessão de 8 de Junho, Bruno Vitorino, na sessão de 15 de Junho

No dia 12 de Julho António Filipe, na sessão de 17 de Novembro; Agostinho Lopes, nas sessões de 16 de Dezembro, 21 de Janeiro, 17, 18 e no dia 23 de Fevereiro, nas sessões de 23 de Março, 26 de Abril e 5 e 25 de Maio, Manuela Aguiar, na sessão de 22 de Dezembro e no dia 16 de Maio, Sílvio Rui Cervan, nos dias 4 de Janeiro, 28 de Fevereiro e na sessão de 14 de Junho, Francisco Louçã, nas sessões de 19 de Janeiro e 30 de Março, Victor Moura, no dia 25 de Janeiro, Rui Rio, na sessão de 26 de Janeiro; Lino de Carvalho, nas sessões de 26 de Janeiro, 1 de Fevereiro, 2 de Março, 19 de Abril e 25 de Maio, Luísa

Mesquita, nas sessões de 26 de Janeiro, 2 e no dia 10 de Março, Daniel Campelo, na sessão de 27 de Janeiro, Fernando Jesus, na sessão de 2 de Fevereiro, Joaquim Matias, nas sessões de 2 de Fevereiro e 15 de Março, Paulo Portas e Luís Fazenda, na sessão de 3 de Fevereiro, Fernando Santos Pereira, na sessão de 4 de Fevereiro, Zelinda Marouço Semedo, no dia 8 de Fevereiro, Francisco Torres, no dia 9 de Fevereiro e na sessão de 15 de Março, Álvaro Castello Branco, no dia 14 de Fevereiro, António Martinho, Melchior Moreira e Narana Coissoró, na sessão de 17 de Fevereiro, João Pedro Correia e Natália Filipe, na sessão de 18 de Fevereiro, Mota Amaral, nas sessões de 18 de Fevereiro e 27 de Abril, Isabel Castro, no dia 21 de Fevereiro, Bernardino Soares, no dia 28 de Fevereiro e na sessão de 29 de Março, Manuel Moreira, no dia 13 de Março, João Rebelo, nas sessões de 23 e 29 de Março e 10 de Maio, Margarida Botelho, na sessão de 6 de Abril, Guilherme Silva, no dia 9 de Maio, Fátima Amaral, nas sessões de 17 de Maio e 15 de Junho

No dia 14 de Julho Mota Torres, na sessão de 10 de Novembro e no dia 24 de Fevereiro, Luís Fazenda, nas sessões de 17 de Novembro e 31 de Maio, Adão Silva, na sessão de 28 de Janeiro, Rodeia Machado, no dia 10 de Fevereiro, Lino de Carvalho, no dia 28 de Fevereiro, Maria Ofélia Moleiro, na sessão de 12 de Abril, José Eduardo Martins e Paulo Portas, na sessão de 26 de Abril, Francisco Louçã, na sessão de 5 de Maio, António Filipe, na sessão de 17 de Maio, Fernando Moreno, no dia 22 de Maio, Rui Rio e Manuel Moreira, na sessão de 7 de Junho, Guilherme Silva, na sessão de 8 de Junho, Carlos Luís, na sessão de 27 de Junho

No dia 17 de Julho Lino de Carvalho e Bernardino Soares, nas sessões de 3 e 10 de Novembro, 30 de Março e 25 de Maio, António Filipe, na sessão de 25 de Novembro, Eugénio Marinho, na sessão de 7 de Janeiro, Agostinho Lopes, nas sessões de 21 de Janeiro e 21 de Março, Honório Novo, na sessão de 28 de Janeiro e no dia 10 de Março, Machado Rodrigues, na sessão de 2 de Janeiro, José Cesário, na sessão de 3 de Fevereiro, Mota Amaral, Paula Cristina Duarte e Hermínio Loureiro, nas sessões de 4 de Fevereiro, 2 e 23 de Março; Rui Rio, Rodeia Machado e Fernando Pésinho, nos dias 10 de Fevereiro, 9 de Março e nas sessões de 2, 14 e 21 de Junho, Francisco Torres e José António Silva, nas sessões de 17 de Fevereiro e 26 de Abril, João Rebelo, nas sessões de 23 de Fevereiro e 29 de Junho, Isabel Castro, no dia 29 de Fevereiro e na sessão de 12 de Maio, Miguel Miranda Relvas, na sessão de 8 de Março, Manuel Moreira, no dia 13 de Março, João Amaral, na sessão de 15 de Março, Joaquim Matias, na sessão de 16 de Março, Carlos Alberto e Fernando Jesus, na sessão de 22 de Março, Lucília Ferra e Vicente Merendas, na sessão de 29 de Março, Luís Fazenda, na sessão de 31 de Março, Maria Santos, na sessão de 6 de Abril, Manuela Aguiar, na sessão de 12 de Abril, Eduarda Castro e Francisco Louçã, nas sessões de 13 de Abril e 11 de Maio, Caio Roque, na sessão de 4 de Maio, Natália Filipe, na sessão de 16 de Maio, Armando Vieira, na sessão de 7 de Junho

No dia 18 de Julho Honório Novo, na sessão de 24 de Novembro, Luísa Mesquita, no dia 24 de Fevereiro e na sessão de 9 de Junho, Margarida Botelho, nas sessões de 16, 29 e 30 de Março e 14 de Abril, Luís Fazenda, na sessão de 6 de Abril, Paulo Portas, na sessão de 3 e no dia 23 de Maio, José Barros Moura, na sessão de 10 de Maio, Manuel Oliveira, na sessão de 17 de Maio, Carlos

Luís, na sessão de 1 de Junho; Mário Albuquerque, na sessão de 2 de Junho; Isabel Castro, na sessão de 7 de Junho, Carlos Marta, na sessão de 15 de Junho, Paulo Pisco, na sessão de 27 de Junho, Agostinho Lopes, na sessão de 30 de Junho.

No dia 19 de Julho: Jovita Ladeira, na sessão de 17 de Novembro; Cruz Silva, na sessão de 24 de Novembro, Lino de Carvalho, na sessão de 9 de Dezembro, Paulo Portas, no dia 11 de Janeiro e na sessão de 4 de Maio, Maria do Céu Lourenço, na sessão de 17 de Fevereiro, Luís Fazenda, nas sessões de 18 de Fevereiro e 1 de Junho, Maria do Carmo Borges, no dia 6 de Março, Carlos Martins, na sessão de 8 de Março, Bernardino Soares, no dia 10 de Março, Francisco Torres, na sessão de 16 de Março, Agostinho Lopes, nas sessões de 23 de Março e 25 de Maio, Helena Roseta, na sessão de 5 de Abril, Manuel Oliveira, na sessão de 26 de Abril, Carlos Matos, na sessão de 27 de Abril; Joaquim Matias, na sessão de 3 de Maio; Carlos Encarnação, na sessão de 10 de Maio, Honório Novo, na sessão de 12 de Maio, Paulo Pereira Coelho e Natália Filipe, na sessão de 25 de Maio, João Maças, na sessão de 2 de Junho, Santinho Pacheco, na sessão de 7 de Junho, Carlos Martins, no dia 20 de Junho, Manuel Alegre, na sessão de 21 de Junho.

No dia 21 de Julho Honório Novo, nas sessões de 24 de Novembro, 20 de Janeiro, 21 de Junho e 5 de Julho, Machado Rodrigues, na sessão de 6 de Abril; Rosado Fernandes, na sessão de 3 de Maio; Lino de Carvalho, na sessão de 17 de Maio, Fátima Amaral e Luís Fazenda, na sessão de 31 de Maio, Paulo Portas, na sessão de 1 de Junho; Luís Pedro Pimentel, na sessão de 28 de Junho, Manuela Aguiar, nas sessões de 29 e 30 de Junho, Rodeia Machado, na sessão de 29 de Junho, Miguel Anacoreta Correia, na sessão de 5 de Julho, Octávio Teixeira e João Rebelo, na sessão de 6 de Julho.

No dia 24 de Julho Bernardino Soares, na sessão de 12 de Abril, Maria Celeste Cardona, na sessão de 28 de Abril; Carlos Luís, na sessão de 10 de Maio, Manuel Oliveira, na sessão de 8 de Junho, Rodeia Machado, na sessão de 28 de Junho, José Macedo Abrantes, na sessão de 6 de Julho.

No dia 26 de Julho António Filipe, na sessão de 9 de Dezembro, Agostinho Lopes, na sessão de 16 de Dezembro, João Rebelo, na sessão de 17 de Fevereiro, Bernardino Soares e Lino de Carvalho, no dia 28 de Fevereiro; Paulo Portas, na sessão de 26 de Abril, Natália Filipe, na sessão de 16 de Maio, José Eduardo Martins, na sessão de 17 de Maio, Vicente Merendas e João Amaral, na sessão de 25 de Maio, Santinho Pacheco e Carlos Martins, na sessão de 31 de Maio, Luísa Mesquita, na sessão de 15 de Junho, Manuela Aguiar, nas sessões de 29 de Junho e 5 de Julho.

No dia 27 de Julho João Amaral, nas sessões de 15 de Março e 25 de Maio; Luís Fazenda, no dia 27 de Março e na sessão de 31 de Maio, Manuel Moreira, no dia 27 de Março, Rosado Fernandes, na sessão de 29 de Março; Mota Amaral e Luísa Mesquita, na sessão de 30 de Março, Agostinho Lopes, nas sessões de 7 e 12 de Abril, Eduarda Castro, na sessão de 13 de Abril, Miguel Miranda Relvas, na sessão de 3 de Maio; Herculano Gonçalves, na sessão de 1 de Junho, Paulo Portas, na sessão de 29 de Junho.

No dia 31 de Julho Guilherme Silva, na sessão de 2 de Dezembro, Francisco Louçã, na sessão de 16 de Março, Pedro Mota Soares, na sessão de 26 de Abril, António Nazaré Pereira, na sessão de 12 de Maio, Fátima Amaral,

na sessão de 24 de Maio, Cruz Silva, na sessão de 5 de Julho, Heloísa Apolónia, na sessão de 6 de Julho.

No dia 3 de Agosto Luís Fazenda e João Rebelo, no dia 8 de Fevereiro e na sessão de 31 de Maio, Natália Filipe, nas sessões de 18 de Fevereiro, 12 e 16 de Maio, Honório Novo e Vicente Merendas, nas sessões de 15 de Março e 28 de Abril, Nuno Teixeira de Melo, na sessão de 5 de Abril, Alexandre Chaves e Paulo Portas, na sessão de 6 de Abril, Margarida Botelho, na sessão de 26 de Abril, José Junqueiro, na sessão de 3 de Maio, Manuel Moreira e Octávio Teixeira, nas sessões de 4 de Maio, 28 de Junho e 6 de Julho; Manuel Oliveira, na sessão de 10 de Maio, Agostinho Lopes e Isabel Castro, nas sessões de 11 e 25 de Maio e no dia 4 de Julho; Barbosa de Oliveira e António Nazaré Pereira, na sessão de 17 de Maio, Eugénio Marinho, na sessão de 18 de Maio; Fernando Santos Pereira, no dia 22 de Maio, Machado Rodrigues, na sessão de 24 de Maio, Miguel Anacoreta Correia, na sessão de 15 de Junho, Carlos Luís, na sessão de 27 de Junho; Vieira de Castro, na sessão de 29 de Junho, Laurentino Dias, no dia 19 de Julho.

No dia 7 de Agosto Lino de Carvalho, na sessão de 9 de Dezembro, Isabel Castro, na sessão de 12 de Janeiro; Agostinho Lopes, nas sessões de 18 de Fevereiro, 12 de Abril, 25 de Maio e no dia 30 de Junho; Rosado Fernandes, na sessão de 5 de Abril; Bruno Vitorino, na sessão de 13 de Abril, Ricardo Fonseca de Almeida, no dia 19 de Maio; Vicente Merendas, na sessão de 31 de Maio, Manuela Aguiar, no dia 21 de Julho.

No dia 9 de Agosto Bruno Vitorino e José António Silva, na sessão de 24 de Novembro, Joaquim Matias, na sessão de 9 de Dezembro, Herculano Gonçalves, no dia 4 de Janeiro, Isabel Castro, na sessão de 5 de Janeiro, Rosado Fernandes, na sessão de 26 de Janeiro, Manuel Alegre, no dia 15 de Fevereiro, Maria Santos, na sessão de 5 de Abril, Eugénio Marinho e Margarida Botelho, nas sessões de 26 de Abril e 28 de Junho, Luís Cirilo, na sessão de 28 de Abril, Honório Novo, na sessão de 12 de Maio; Paulo Portas, no dia 23 de Maio, António Filipe, na sessão de 7 de Junho, Agostinho Lopes, na sessão de 27 de Junho, João Amaral, na sessão de 30 de Junho, Miguel Anacoreta Correia, na sessão de 5 de Julho.

No dia 11 de Agosto Lino de Carvalho, na sessão de 11 de Novembro e no dia 19 de Abril; Luísa Mesquita e Honório Novo, no dia 10 de Março, nas sessões de 26 de Abril e 9 de Junho, Francisco Torres, na sessão de 15 de Março, Rosado Fernandes e Francisco Louçã, na sessão de 29 de Março, Jovita Ladeira, na sessão de 30 de Março; João Pedro Correia, na sessão de 5 de Abril; Agostinho Lopes, nas sessões de 13 de Abril, 27 e 30 de Junho, Bernardino Soares, nas sessões de 12 e 25 de Maio; Arménio Santos e Luís Pedro Pimentel, na sessão de 31 de Maio; Pedro Duarte, na sessão de 2 de Junho, Luís Fazenda, nas sessões de 8 e 27 de Junho, Fernando Moreno, na sessão de 15 de Junho; Eduarda Castro, Heloísa Apolónia e Carlos Martins, nas sessões de 29 de Junho e 5 de Julho, Natália Filipe, na sessão de 13 de Julho.

No dia 16 de Agosto Isabel Castro, no dia 9 de Março; João Amaral, na sessão de 25 de Maio, Manuela Aguiar, na sessão de 30 de Junho, Pedro Mota Soares, no dia 12 de Julho; Natália Filipe, na Comissão Permanente de 13 de Julho, José Eduardo Martins e Honório Novo, na sessão de 26 de Julho.

No dia 17 de Agosto Natália Filipe, nas sessões de 2 de Fevereiro, 23 de Março e na Comissão Permanente de 13 de Julho, António Nazaré Pereira, na sessão de 31 de Março, Francisco Louçã, na sessão de 7 de Abril, Agostinho Lopes, nas sessões de 12 de Abril e 27 de Junho; Honório Novo, Pedro Mota Soares e Rosado Fernandes, nas sessões de 13 e 26 de Abril e 6 de Julho, Margarida Botelho, na sessão de 14 de Abril, Joaquim Matias, na sessão de 3 de Maio, Luís Fazenda, na sessão de 29 de Junho, Manuela Aguiar, na sessão de 30 de Junho

Nos dias 23 e 24 de Agosto José Reis, na sessão de 15 de Março; Luís Fazenda, na sessão de 6 de Abril, Francisco Torres, na sessão de 12 de Abril, Vicente Merendas, no dia 2 de Maio, Agostinho Lopes, na sessão de 11 de Maio, Francisco Louçã, no dia 20 de Junho, Eugénio Marinho, na sessão de 28 de Junho, João Amaral e António Nazaré Pereira, na sessão de 30 de Junho

Nos dias 29 e 30 de Agosto Arménio Santos, na sessão de 14 de Dezembro, Vieira de Castro, na sessão de 18 de Maio; Miguel Miranda Relvas, na sessão de 21 de Junho, Luísa Mesquita, na sessão de 30 de Junho, Isabel Castro, no dia 19 de Julho, Herculano Gonçalves, na sessão de 26 de Julho

O Sr Presidente — Srs Deputados, vamos, então, passar ao tratamento de assuntos de interesse político relevante

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr Deputado António Capucho, a quem peço que tome em conta, na gestão do seu tempo, o facto de haver já uma inscrição para lhe pedir esclarecimentos

O Sr António Capucho (PSD) — Sr Presidente, Srs Deputados O País tem assistido, nos últimos meses, ao avolumar dos sinais de uma crise de graves e preocupantes contornos De uma crise que os portugueses cada vez mais sentem no seu dia-a-dia De uma crise para cuja inevitabilidade o PSD vinha há muito alertando De uma crise que só o Governo e o Primeiro-Ministro se obstinam em não querer reconhecer De uma crise que é visível em praticamente todos os sectores da governação

É visível, desde logo, nas finanças públicas onde, aos vícios do despesismo, da falta de transparência e da desorçamentação, se vem agora juntar uma derrapagem orçamental de imprevisíveis consequências, um aumento das taxas de juro que ainda há poucos meses o Primeiro-Ministro previa não ir ocorrer ou uma desastrosa gestão do *dossier* dos combustíveis

É visível na economia, em que se verifica a progressiva perda da competitividade internacional do nosso país, projectando o défice externo para valores inéditos na nossa história recente e se vê Portugal a entrar em divergência real com os seus parceiros europeus

É visível na administração interna, domínio em que um Ministro virtual assiste sem nada fazer ao agravamento exponencial da insegurança, ao aumento da criminalidade, à multiplicação do fenómeno dos *gangs*, aos conflitos entre forças policiais Um Ministro que sustenta que cumprir a lei é comprar a sua infracção!

Mas uma crise que é também de valores e de comportamentos, porque ao rigor e à exigência o Governo e o PS preferem o facilismo e o «deixa andar» E os resultados aí estão

É a apropriação da máquina do Estado em favor dos interesses partidários É o sistemático incumprimento da

legislação sobre concursos para as chefias da Administração Pública

O Sr Luís Marques Guedes (PSD) — Muito bem!

O Orador — É a discriminação das autarquias em função da cor do partido que a dirige É a entrega a uma empresa pública falida como a Parque Expo das dezenas de milhões de contos do Programa Polis, a pouco tempo das eleições autárquicas É o estranho negócio dos telemóveis da 3ª geração, em que o Ministro não consegue explicar minimamente as razões para uma tão generosa atribuição das licenças a preço de saldo É, por fim, a capitulação perante a droga e o rompimento do anteriormente tão apregoadado consenso nacional nesta matéria

Este é o verdadeiro retrato do País, daquilo a que fomos conduzidos pelas políticas do Governo socialista

Esta não é apenas a opinião do PSD É o sentimento generalizado dos cidadãos portugueses e, mesmo, de muitos comentadores socialistas na nossa comunicação social

A Srª Manuela Ferreira Leite (PSD) — Muito bem!

O Orador — Por isso, o Presidente do meu partido veio exigir ao Primeiro-Ministro que desse um sinal ao País Um sinal de que é capaz de reconhecer que as coisas não vão bem Um sinal de que está empenhado em mudar

Sr Presidente, Srs Deputados O Engº António Guterres parece definitivamente incapaz de distinguir entre os interesses do Estado e os do seu partido

Ao rejeitar a remodelação que todos reconhecem necessária, mesmo entre membros do Governo, e ao manter em funções Ministros manifestamente incapazes, o Chefe do Governo esta a proteger os seus camaradas de partido, mas a prejudicar gravemente o interesse nacional

Vozes do PSD — Muito bem!

O Orador — E esse é um direito que lhe não assiste

Mas o Sr Primeiro-Ministro recusou também a proposta de reconstrução de um consenso nacional em matéria de droga E fê-lo com o argumento extraordinário de que a lei recentemente aprovada traduzia uma opção sufragada no programa eleitoral do Partido Socialista

É, assim, claro que o Primeiro-Ministro continua a não querer ver as evidências e que não está disposto a empreender as mudanças mínimas que a gravidade da situação requer

Por isso, o PSD apresentou ao Primeiro-Ministro, de forma séria e leal, as questões Deu ao Engº António Guterres uma última oportunidade para mostrar a vontade e a capacidade para ir ao encontro das exigências, não do PSD, mas do País

Perante a recusa obstinada do Sr Primeiro-Ministro e porque não pode pactuar com uma governação que está a conduzir o País a uma situação de uma gravidade extrema, o PSD concretizará o propósito já anunciado apresentará, ainda antes do debate sobre o próximo Orçamento de Estado, uma moção de censura a este Governo

Aplausos do PSD

O Sr. Presidente — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr Deputado Francisco de Assis

O Sr Francisco de Assis (PS) — Sr Presidente. Sr. Deputado António Capucho, dois meses depois de o PP ter apresentado uma moção de censura ao Governo, vê-se o PSD, por uma questão que tem que ver com a marcação do campo à direita, na necessidade de apresentar, também ele, uma moção de censura ao Governo, sendo que essa moção de censura também traduz a actual incapacidade da direcção do PSD. Incapaz de resolver os problemas internos, procura projectar a sua própria crise numa suposta crise nacional.

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador — Mas não o conseguirá, porque o que o Sr Deputado fez foi a avaliação do País na interpretação restrita do PSD, isto é, na interpretação de um partido que está ele próprio confrontado com uma profunda crise — uma crise de liderança, uma crise de orientação e uma crise de projectos. E, neste momento, a única expectativa que está ao alcance do PSD é projectar a sua crise no conjunto da sociedade portuguesa.

O Sr José Junqueiro (PS) — Exacto!

O Orador — O PSD, de alguma maneira, queria transformar a sua crise numa crise epidémica, que se manifestasse em todos os sectores da sociedade portuguesa, mas felizmente não é isso que está a acontecer, o País, seguramente, não comunga dessa apreciação. Nós próprios temos a noção, porque a tivemos sempre, de que nem tudo está bem, mas temos confiança na capacidade do Governo de se reorientar, de resolver os problemas, de superar as dificuldades, e os portugueses estarão em condições de fazer essa avaliação na altura própria.

Há um partido que tem uma maioria que corresponde a 50% da Assembleia da República e o Sr Primeiro-Ministro estabeleceu, com rigor, os termos exactos em que está disposto a assumir as responsabilidades governativas.

O PS nunca teve uma postura autoritária e dogmática e sempre esteve disponível para acolher contribuições críticas positivas, de forma a garantir a aprovação dos principais documentos, indispensáveis para assegurar a governação do País, como é o caso do Orçamento do Estado.

O Sr José Magalhães (PS) — Muito bem!

O Orador — Não alteraremos a nossa postura, pois foi a que tivemos, com evidente sucesso, nos últimos cinco anos.

O único limite imposto é o da não descaracterização da proposta, porque é evidente que se não pode pedir a um Primeiro-Ministro que seja uma espécie de mandatário político dos programas da oposição.

O Sr. José Magalhães (PS) — Claro!

O Orador: — sendo certo que a oposição nem sequer é capaz de se entender em torno de um programa com o mínimo de coerência. Julgamos mesmo que nem o Grupo Parlamentar do PSD é capaz de se entender solitariamente em torno de um programa com um mínimo de coerência.

O que os senhores projectam, hoje, é a crise, mas o que os portugueses gostariam de saber é o que é que os senhores fariam se porventura fossem governo.

Os senhores apresentam uma moção de censura, estando automaticamente a assumir a responsabilidade de dizer ao País o que é que fariam de diferente se porventura estivessem investidos em responsabilidades governativas. Mas, até hoje, Sr Deputado, não foram capazes de dizer rigorosamente nada, pelo que o PSD se está a transformar numa força puramente negativista.

Vozes do PS — Exactamente!

O Orador — e não numa força, como deveria ser, capaz de apresentar propostas alternativas para a governação de Portugal. É que essa ainda é, por enquanto, a tarefa que vos incumbe, porque o PSD ainda é claramente o maior partido da oposição, em Portugal.

Aplausos do PS

O Sr Presidente — Para responder, tem a palavra o Sr Deputado António Capucho.

O Sr António Capucho (PSD) — Sr Presidente, Sr Deputado Francisco de Assis, agradeço as suas questões.

Como V. Ex.^a se recorda, o Partido Popular apresentou, atempadamente.

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — CDS-PP!

O Orador — O CDS-PP apresentou atempadamente — direito que tem — uma moção de censura a este Governo, baseada, se bem me recorde, numa situação concreta, que tinha a ver com a insegurança que o País atravessava na altura e que, infelizmente, continua a atravessar.

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Tinha a ver com a segurança social!

O Orador — A nossa moção de censura, que será apresentada proximamente, pelo que, Srs Deputados, não perdem pela demora, tem a ver com a situação geral do País e só alguns dirigentes do Partido Socialista é que não vêem a crise!

O Sr Rui Rio (PSD) — Vêem!

O Orador. — Aliás, só alguns dirigentes do Partido Socialista é que dizem não ver a crise, porque, no seio do Governo socialista, já há quem reclame a remodelação! Já há quem considere que é impossível combater o fenómeno da insegurança, que é impossível combater a situação financeira do País mantendo em funções quer o Sr Ministro da Administração Interna, num caso, quer o Sr Ministro das Finanças, noutro caso. Não sou eu, não é o PSD, que o diz, mas ministros do Partido Socialista, que não são irrelevantes, como o Dr Jaime Gama e o Dr Jorge Coelho!

Por outro lado, mesmo comentadores da área socialista, que até hoje têm respaldado as posições do Partido Socialista, comentam a situação — e cito uma crónica, publicada no *Público* de hoje, da autoria de Eduardo Prado Coelho, a quem VV. Ex.^{as} não podem ser insensíveis, porque se trata de alguém que tem estado permanentemente na vossa área ainda que mantendo o seu espírito de liberdade crítica. Como dizia, vou referir o que o Prof. Eduardo Prado Coelho escreveu para ver se VV. Ex.^{as} o assimilam minimamente e

deixam de ter esse condicionamento autista «É um erro Guterres sair da audiência com o Presidente da República e dizer que não há crise nenhuma. Não vale a pena tapar o sol com uma peneira» E depois acrescenta «() há crise quando dizer-se que há crise ou dizer-se que não há crise.» — ele estava a antecipar a intervenção do Dr Francisco de Assis — « são duas maneiras de reforçar a ideia de que há crise »

Portanto, Sr Deputado, é perfeitamente legítima a nossa iniciativa de apresentar uma moção de censura, não porque a questão da segurança está mal, não porque as finanças estão mal, mas porque a generalidade da governação está mal É um direito que nos assiste e não é por problemas internos do PSD! Não vou falar dos problemas internos do seu partido, Sr Deputado, ainda que, sendo V Ex^a o interlocutor, até tivesse algum interesse Mas abster-me-ei hoje e daqui para o futuro

O Sr Manuel dos Santos (PS) — Fale!

O Orador — Não falo! Permita-me o direito à diferença Enquanto eu liderar a minha bancada, em princípio, não falarei dos problemas internos dos outros partidos e, portanto, não venha V Ex^a pretender insinuar que é por uma questão de projecção de problemas internos que estamos a apresentar a moção de censura, é exclusivamente tendo em conta os interesses nacionais

Aplausos do PSD

O Sr Presidente — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr Deputado Paulo Portas

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Sr Presidente, Srs Deputados A última sessão legislativa terminou com a apresentação de uma moção de censura por parte do CDS-PP O Governo poderia ter compreendido os sinais, mas não creio que os tenha percebido, pois, em todas as matérias relevantes, a situação ou se manteve ou se agravou

Em primeiro lugar, vou falar da situação económica Há um sinal positivo, é certo que o devemos reconhecer, sem sequer entrar na discussão da veracidade das estatísticas sobre o emprego No entanto, todos os outros sinais são negativos e não o ver é correr o perigo de não entender o que se está a passar com a situação económica em Portugal

O Sr Basílio Horta (CDS-PP) — É verdade!

O Orador — É negativo o índice de crescimento económico, porque crescemos menos do que a União Europeia, crescemos menos do que os países da coesão, ficando mais longe do bem-estar europeu e demorando mais tempo a lá chegar

Em segundo lugar, é negativa, sobretudo em conjugação com a queda do crescimento, a subida da inflação Podia ainda admitir-se uma inflação em alta com um crescimento em alta — sendo o que sucede noutros países da União —, mas é verdadeiramente preocupante que a inflação esteja a subir e que o crescimento esteja a descer

O Sr Basílio Horta (CDS-PP) — Muito bem!

O Orador — Em terceiro lugar, há o problema da produtividade, ao qual, com toda a seriedade, temos de dar

resposta Continuamos com menos de metade da produtividade da União Europeia e não é possível, assim, fazer o caminho da convergência real

A produção industrial que, em toda a zona euro, subiu cerca de sete pontos no último ano, decresceu dois pontos, em Portugal Somos, hoje, um País a produzir menos em termos industriais e a produzir a preços mais caros, o que significa que as nossas exportações tradicionais, nomeadamente vestuário e calçado, estão a vender menos, e em vias de perder mercados

Finalmente, quanto aos índices do consumo, chamo a vossa atenção para o facto de ser visível que, quando as famílias portuguesas gastam menos dinheiro em férias, passam menos dias em férias, quando já são revelados os indicadores sobre a compra de casas ou de automóveis, o «aperto do cinto», que não chegou por via do Estado, está a atingir, em cheio, as famílias

Portanto, todos os indicadores da economia, à excepção do emprego, são, neste momento, negativos e preocupantes

Em segundo lugar, em matéria de segurança e auto-ridade do Estado, vivemos com um Executivo que não age, só reage, que não previne, só remedeia É um Executivo que é capaz de deixar sem resposta, desvalorizando até o problema, 170 000 famílias portuguesas que foram assaltadas no ano passado e que só «acorda» quando uma pessoa famosa é assaltada É um Executivo tão ideológico que perde o mais elementar sentido do realismo, que aliás existe em algumas das pessoas sentadas nalgumas cadeiras da vossa bancada, nomeadamente quando se discute a evolução da criminalidade juvenil O Primeiro-Ministro, sem ler os projectos da oposição, nomeadamente o do nosso partido, vem proclamar, falsamente, que somos contra o humanismo, e que seria uma posição extremista considerar a imputabilidade penal antes dos 16 anos

O Sr José Magalhães (PS) — E é!

O Orador — É, Sr. Deputado José Magalhães? Diga isso ao Chanceler Schroeder, diga isso ao Primeiro-Ministro Blair, vá dar-lhes lições de humanismo! É que, em países da União Europeia tão ou mais civilizados e desenvolvidos do que nós, a imputabilidade penal está nos 12, nos 13, nos 14 ou nos 15 anos de idade e, portanto, as suas apreciações sobre o humanismo são com certeza genéricas, valendo para todos os países Aliás, devo dizer que, se estão chocados com a imputabilidade dos menores, espero que declarem o vosso choque em relação a uma condenação — a meu ver, muito bem feita em termos jurídicos — dos menores que, na Alemanha, assassinaram um moçambicano! Estão chocados com esta condenação? Eu não estou! E esta condenação depende da imputabilidade dos menores!

Aplausos do CDS-PP

Em terceiro lugar, é um Executivo que verdadeiramente não tem qualquer espécie de política de policiamento, o que significa a descoordenação que temos visto, em todos os sectores da actividade policial, nem a GNR se entende com a PSP, nem a PJ se entende com a PSP e com a GNR

Finalmente, temos um Executivo em que o Secretário de Estado da Administração Interna se permite dizer que não paga o subsídio de turno e de piquete à polícia, porque a lei está errada, como se a aplicação da lei fosse uma ques-

tão de opinião! Como se a lei fosse para aplicar em todos os ministérios menos no dele! Como se fosse possível manter na lei a promessa do subsídio de turno e de piquete e negar o seu pagamento a agentes de segurança que têm vindo a ser sucessivamente desmotivados!

O Sr. **Basilio Horta** (CDS-PP) — Muito bem!

O **Orador** — Do mesmo modo, em matéria de reforma da segurança social, não vale a pena citar o que a oposição disse, citemos apenas o Prof. Correia de Campos, que propôs tectos contributivos à entrada e à saída do sistema e que, certamente, não é um advogado das seguradoras, ou citemos o Presidente do Fundo de Capitalização, que veio dizer que o sistema, com esta lei — de breve duração, como ele anunciava —, não tem remuneração suficiente para pagar as pensões amanhã. O que os Srs. Deputados querem é que o Estado continue a pagar pensões altíssimas aos salários altos e em termos exclusivos!

Quando à reforma da saúde, essa, então, nem vê-la! Nunca mais vimos a Lei de Bases da Saúde!

Quero apenas dizer que, perante esta situação, o Sr. Primeiro-Ministro tinha a hipótese de fazer uma remodelação. Veio agora dizer que fará um reajustamento, mas não há reajustamento que valha a este Governo. Primeiro, porque não há pessoal técnico, académico, profissional de qualidade, que se disponha a entrar numa «nau à deriva» e com naufrágio anunciado. Em segundo lugar, porque reajustar cadeiras é apenas trocar o lugar dos incompetentes, não é removê-los do Governo. E, em terceiro lugar, porque o que se segue a esse reajustamento é, então, uma negociação orçamental e de política económica, com a economia em dificuldades, com o crescimento a descer, com a produção a descer, com o consumo a descer, com os herdeiros de Marx e de Lenine, que ainda este fim-de-semana o confirmaram, ou os herdeiros de Trotsky, que, presumo, ainda rectificaram. É isto que têm a propor à situação económica portuguesa!

Termino, dizendo que a situação se agravou, o tempo do benefício da dúvida passou, a censura é uma evidência, pelo que temos de tratar da alternativa e ter a responsabilidade de dizer aos portugueses por que é que queremos governar de forma diferente, como é que governaremos de forma diferente, dando-lhes a garantia de que, estavelmente, terão uma alternativa de governo em Portugal.

Aplausos do CDS-PP

O Sr. **José Junqueiro** (PS) — Sr. Presidente, peço a palavra para pedir esclarecimentos.

O Sr. **Presidente** — O Sr. Deputado pede a palavra para pedir esclarecimentos, mas o Sr. Deputado Paulo Portas não tem tempo para responder. No entanto, Sr. Deputado José Junqueiro, faça favor de usar da palavra e depois veremos o que se há-de fazer.

O Sr. **José Junqueiro** (PS) — Sr. Presidente, Sr. Deputado Paulo Portas, é evidente que teve alguma dificuldade em falar das questões do emprego,

O Sr. **Paulo Portas** (CDS-PP) — Olhe que não!

O **Orador** — . porque quando um país tem o nível que o nosso tem de emprego, isso significa que tem uma

actividade económica pujante, viva, e que o país caminha no desenvolvimento.

Por isso, de facto, limitou o seu discurso nesse aspecto concreto e relevante, como o limitou também quanto à questão das taxas de juro e das bonificações, que agora foram introduzidas.

O Sr. **José Magalhães** (PS) — Silêncio absoluto!

O **Orador** — esquecendo-se de uma coisa essencial é que perdeu uma belíssima oportunidade, há dias, no comício em que o ouvi atentamente, de pedir desculpa a uma série de pessoas que convidou para estarem nesse comício, a propósito das taxas de juro.

É que as taxas de juro são hoje o que são, mas, com aquilo que foi o seu comportamento, a sua defesa, sobre a entrada de Portugal no euro, nós não teríamos entrado no euro e essas pessoas,

O Sr. **Paulo Portas** (CDS-PP) — Oh!

O **Orador** — essas famílias, esses «Zés» e as «Marias» de que falam, estariam hoje a pagar mais de o dobro, com certeza, daquilo que pagam actualmente. Essa era uma boa oportunidade para ter um acto de humildade, relativamente a um erro fatal que teria acontecido em Portugal se o Primeiro-Ministro não tivesse sido determinado e insistido nesta política de grande coerência.

Depois, Sr. Deputado Paulo Portas, gostaria de lhe dizer que agita muitos fantasmas. Foi aqui feita a reforma do direito penal dos menores, durante a VII Legislatura, com grande consenso, grande tranquilidade, grande debate, e V Ex.^a, à última hora, «virou um bocado a agulha ao disco» e acontece que, agora, vem aqui, para fazer um exercício de autoridade, falar em voz alta,

O Sr. **Paulo Portas** (CDS-PP) — Está enganado, está a ver!

O **Orador** — . em voz forte, querendo mandar para a prisão os menores, sem qualquer critério, mesmo os jovens de 14 anos, que é aquilo que o senhor entende por autoridade.

O Sr. **Paulo Portas** (CDS-PP) — É mentira!

O **Orador** — De facto, relativamente a essa matéria, temos uma enorme diferença, uma diferença que se consubstancia não só no sentido humanista da questão mas no sentido sério, baseado numa reforma do sistema penal que conduzirá com certeza a modificações que nada têm a ver com a pedagogia da violência que V Ex.^a quer exercer sobre os menores.

Finalmente, Sr. Deputado, para terminar, relativamente à segurança ou à insegurança, eu gostaria de dizer-lhe o seguinte: V Ex.^a não veio aqui falar, em matéria de segurança, nem na polícia de proximidade, nem dos 10 000 polícias que existem hoje nas ruas, nem no programa Escola Segura.

O Sr. **Presidente** — Terminou o seu tempo, Sr. Deputado.

O **Orador** — Vou terminar, Sr. Presidente, dizendo que esses são, como é evidente, sinais e realidades que, de

facto, incomodam o Sr Deputado Paulo Portas e relativamente às quais, seriamente, não pode falar

Aplausos do PS

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Essa não!

O Sr Presidente — Para responder, tem a palavra o Sr Deputado Paulo Portas. O PS concede-lhe 1 minuto e a Mesa concede-lhe outro, pelo que dispõe de 2 minutos

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Muito obrigado, Sr Presidente

Sr Deputado José Junqueiro, devo dizer-lhe que V Ex^a teve hoje a oportunidade de pedir 270 vezes desculpa às famílias portuguesas a quem o Estado, por via do Governo, cortou a bonificação, tendo demorado nove meses a repô-la onde estava

A decisão que o Conselho de Ministros tomou, sob pressão

O Sr José Magalhães (PS) — Isso não é democrático!

O Orador — da opinião pública, na última semana, já era justa em Julho,

O Sr Basílio Horta (CDS-PP) — Muito bem!

O Orador — em Junho, em Maio, em Abril, em Março, em Fevereiro, com a pequena diferença de que, nesses meses todos, as famílias tiveram de pagar o que o Governo poupou

O Sr Basílio Horta (CDS-PP) — Muito bem!

O Orador — carregando nas famílias, ou seja, aquilo que era a justiça de ter dado a bonificação necessária quando os juros subiram

Protestos do Deputado do PS José Junqueiro

Depois, Sr Deputado José Junqueiro, entendamo-nos sobre a questão penal, porque V Ex^a lerá o nosso projecto e vai arrepender-se de ter cometido apenas um engano,

O Sr Basílio Horta (CDS-PP) — Nem mais!

O Orador — que não é sequer um erro de opinião, é um erro de facto o que nós defendemos é a baixa da imputabilidade para os 14 anos, olhando, aliás, para tudo o que se passa na Europa. E dissemos, com toda a clareza, que no actual sistema prisional, onde já se misturam preventivos com condenados, não faria nenhum sentido, de nenhum ponto de vista, misturar jovens delinquentes com delinquentes «de currículo»

Vozes do CDS-PP — Muito bem!

O Orador. — O que nós queremos é o sistema de centros de detenção, em regime fechado, de onde não fujam para assaltar e depois voltar, e o sistema da chamada prisão-escola, que é privativo da liberdade e é uma função e um projecto educativo para dar uma segunda oportunidade

Portanto, não se engane de propósito nem se engane sobre os factos, Sr Deputado!

Finalmente, Sr Deputado José Junqueiro, sobre a política de segurança, digo-lhe uma coisa: o Sr Ministro da Administração Interna não tem defesa

A Sr^a Manuela Ferreira Leite (PSD) — Ele demite-se!

O Orador — e conseguiu até arranjar, sobre Barrancos, a coisa mais extraordinária: aquela lei era bizarra e podia ser aplicada matando o touro e pagando a multa ou não matando o touro e evitando a multa. Só que ele conseguiu o impossível, que é matar o touro e não pagar a multa!

Para terminar, vou dizer-lhe uma coisa: tenho a impressão que este Ministro da Administração Interna só se demite quando for assaltada a casa do Big Brother

Risos do CDS-PP e do PSD

Só nesse dia é que ele põe a mão na consciência!

O problema são as casas dos portugueses que são assaltadas todos os dias, os portugueses que são assaltados na rua todos os dias, as polícias que não se entendem, os polícias que estão desmotivados e que não recebem os subsídios que merecem

A Sr^a Manuela Ferreira Leite (PSD) — Exactamente!

O Sr Presidente — Sr Deputado, terminou o seu tempo, faça favor de terminar

O Orador — e, mais, as pessoas que não confiam nessa política e nesse Ministro!

Aplausos do CDS-PP

O Sr Presidente — Para proferir a sua intervenção, tem a palavra o Sr Deputado Lino de Carvalho

O Sr Lino de Carvalho (PCP) — Sr Presidente, Srs Deputados. De forma tardia mas insuficiente, o Governo veio, finalmente, reconhecer a razão que assistiu ao PCP quando, há mais de dois meses, propusemos a reposição das bonificações à taxa de juro para o crédito à habitação no valor de 6,5%, como veio também reconhecer que, afinal, como era também já visível há muito, a taxa de inflação para este ano irá muito além dos 2%, o que teimosamente o Ministro Pina Moura se recusava a admitir

O Sr António Filipe (PCP) — Exactamente!

O Orador — Só que é necessário tirar todas as consequências destes tardios reconhecimentos

No primeiro caso, exige-se que o erro e a injustiça que o Governo cometeu com a portaria, publicada em Janeiro e que entrou em vigor em Abril, sejam completamente reparados, o que significa que o Governo deve repor a taxa de bonificação a partir do mês de Abril e não só, eventualmente, a partir do próximo mês de Outubro

No segundo caso, o da taxa de inflação, reconhecido também o que o PCP anda a dizer pelo menos desde o debate do Orçamento, é absolutamente necessário que o Governo tenha a coragem de proceder, de imediato, aos necessários ajustamentos salariais

A portaria que reduziu a taxa de bonificação de 6,5% para 5,5% entrou em vigor em Abril, num momento em que as taxas de juro activas praticada pelos bancos já estavam,

há cerca de um ano, a subir sistematicamente, fazendo com que, já nessa altura, o custo dos empréstimos para a compra de habitação própria tivesse aumentado mais de 20%. Hoje, os portugueses, e em particular os casais jovens, já têm de suportar taxas de juro no crédito à habitação que estão a chegar aos 7%

O endividamento das famílias portuguesas é um facto preocupante, por muito que o Governo queira desmentir a realidade.

O Sr Bernardino Soares (PCP) — Muito bem!

O Orador — E o Governo, de Abril até Outubro, mete ao bolso, pelo menos, 6 milhões de contos, à custa das famílias mais carenciadas

Vozes do PCP — Muito bem!

O Orador — É por isso que o PCP reclama que a fixação da nova taxa de referência para as bonificações no crédito à habitação entre em vigor com efeitos retroactivos a Abril passado

O Sr António Filipe (PCP) — Muito bem!

O Orador — É o mínimo que o Governo deve aos portugueses!

Quanto à taxa de inflação, Srs Deputados, é uma evidência que o Governo e, em especial, o Ministro Pina Moura quiseram enganar os portugueses, designadamente os trabalhadores da administração pública. Há muito que se sabia que os valores fixados no Orçamento do Estado e que serviram de base às negociações salariais com a Administração Pública eram falsos. A falsidade continuou quando o Ministro Pina Moura, em certa altura, instrumentalizou o aparelho de Estado, pondo uma sua direcção-geral a debitar expectativas para a taxa de inflação que nada tinham a ver com a realidade.

O Sr António Capucho (PSD) — Isso é verdade!

O Orador — Hoje, é o próprio Ministro Pina Moura, trazido a uma conferência de imprensa pela mão do Ministro Jorge Coelho, quem veio dizer que, afinal os trabalhadores e o PCP tinham razão: a inflação vai ficar seguramente muito acima dos 2% — já há quem fale, hoje, em 2,6% e veremos no que ficará no final do ano.

O Sr Manuel dos Santos (PS) — Isso é muito acima?!

O Orador — Mas a verdade é que, apesar deste tardio reconhecimento, este Governo, que se mostrou tão célere — é preciso recordá-lo — a negociar contrapartidas com as empresas de transporte rodoviário, por causa do aumento do preço dos combustíveis, está mudo e quedo quanto à necessidade de, face ao seu reconhecimento oficial de que a taxa de inflação vai ser superior aos valores previstos, aumentar igualmente os trabalhadores da Administração Pública para valores que compensem as perdas resultantes da mentira que constituiu a imposição de uma tabela salarial que já na altura se sabia que não correspondia, de todo, aos valores previstos para a inflação.

Vozes do PCP — Muito bem!

O Orador — É também por isto que o PCP vem exigir que o Governo faça o que o mínimo de justiça exige: a actualização dos salários dos trabalhadores da Administração Pública e, por extensão, de todos os trabalhadores portugueses.

Por que se o Governo não o fizer seguramente que terá pela frente um aumento da conflitualidade social de que só o PS é responsável, de que só o PS se pode queixar de si próprio e das suas opções em matéria de política económica e política social.

Por que nem no emprego, Sr Deputado Paulo Portas, os indicadores são positivos.

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — As estatísticas!

O Orador — Não se iluda com as estatísticas, Sr Deputado, e não se esqueça da qualidade do emprego.

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Com certeza!

O Orador — da precariedade do emprego, do aumento dessa precariedade.

Claro que isto não é matéria do CDS-PP, mas essa é uma questão central na política social portuguesa.

O Sr António Filipe (PCP) — Muito bem!

Protestos do CDS-PP

O Orador — Estas é que são, entre outras, Srs Deputados, e Srs Deputados do PS em particular, as questões concretas que separam as orientações do PS de uma verdadeira política de esquerda. É aqui, nestas e noutras matérias, como a da reforma fiscal, que o PS e o Primeiro-Ministro têm de dizer se querem alterar alguma coisa, para além de pedirem aos outros partidos, designadamente à sua esquerda, que dêem ao PS «carta branca» para prosseguir a sua política incompetente, a sua política à direita. Com «carta branca» não é seguramente connosco que contem para prosseguir a sua política.

Aplausos do PCP

O Sr Presidente — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr Deputado Manuel dos Santos.

O Sr Manuel dos Santos (PS) — Sr Presidente, Srs Deputados. Naturalmente, não vou envolver-me na interessante discussão sobre existência ou não de crise, sobretudo trazendo aqui fotocópias de artigos de opinião. Também podia trazer aqui um artigo de opinião que li — aliás, leio-o sempre com muito interesse —, do João César das Neves, que é próximo da bancada do PSD, onde ele nega a existência de qualquer crise. Mas, de todo o modo, parece-me que essa questão é absolutamente irrelevante.

O que é mais relevante, a meu ver, é, efectivamente, a tónica que VV Ex^{as} têm acentuado sobre a catástrofe, e não a crise, em que viveria a sociedade portuguesa. Isso é que não têm nenhuma ligação àquilo que os portugueses sentem.

O Sr José Magalhães (PS) — Nem é sensato!

O Orador — Aliás, em sondagens recentes, isso ficou claramente evidenciado, e até VV Ex^{as}, com a fundamen-

tação que até hoje apresentaram relativamente à iniciativa política de censura ao Governo que irão tomar brevemente, nos dão razão. Porque se se pensar bem, as três razões, retirando a questão do referendo sobre a droga, que, aliás, tanto quanto sei, não é pacífico na bancada do PSD, mas essa questão não é relevante

O Sr. António Capucho (PSD) — Não é? É, é!

O Orador — Eu concedo que seja, mas essa questão também não é relevante e os dois outros argumentos seguintes da carta do vosso líder são verdadeiramente de fazer gargalhar a sociedade portuguesa

Vamos admitir, apenas por absurdo, que o Sr. Primeiro-Ministro decidia separar o Ministério da Economia do Ministério das Finanças e vamos admitir, ainda por mais absurdo, que o Primeiro-Ministro resolvia substituir o Sr. Ministro Fernando Gomes mas continuavam exactamente as mesmas políticas. Então, já não haveria, na vossa fundamentação da moção de censura, nenhum motivo para censurar!

O Sr. António Capucho (PSD) — Isso é absurdo!

O Orador — Portanto, como vêem, os senhores não conseguiram descobrir nenhuns sinais de catástrofe, nenhuns sinais de crise, o que os senhores quiseram fazer — não sei se por razões internas, ou não, também não me meto nisso, estou de acordo com V. Ex.^a em que não nos devemos meter nas casa uns dos outros — foi um para realinhamento nessa faixa, digamos, partidária e ideológica de direita a que VV. Ex.^{as} pertencem e, portanto, foi esse, essencialmente, o objectivo

Vejamos o que é que sucedeu, ou o que está a suceder, do ponto de vista económico, durante este ano a política orçamental e o Orçamento apresentado para este ano devem obediência a um quadro macro-económico negociado com a União Europeia — como, aliás, VV. Ex.^{as} sabem —, o tal Programa de Estabilidade e Crescimento. E quais eram, então, as quatro grandes componentes da política financeira e económica e da política orçamental para este ano? Em primeiro lugar, a continuação do crescimento real do rendimento das famílias, em segundo lugar, um crescimento económico significativo, em terceiro lugar, um reforço significativo das funções sociais e, em quarto lugar, o crescimento do emprego. Todos estes objectivos estão cumpridos

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD) — Homessa?

O Orador — Há um crescimento real do rendimento das famílias.

O Sr. José Magalhães (PS) — Pura verdade!

O Orador — há um significativo crescimento da economia nacional e, ao contrário do que foi dito pelo Sr. Deputado Paulo Portas, não é seguro que o crescimento da economia portuguesa seja inferior à média comunitária e à média dos países do euro. De todo o modo, Sr. Deputado Paulo Portas, o crescimento da economia portuguesa será superior a 3%, o que quer dizer que é significativo

Houve, por outro lado, um significativo crescimento das funções sociais, que até permitiu que VV. Ex.^{as} dissessem

que houve um excessivo despesismo, e houve, como, aliás, foi agora claramente enunciado e verificado, um crescimento do emprego

Ora bem, Srs. Deputados Paulo Portas, António Capucho e Lino de Carvalho, o PS e a bancada do Partido Socialista, quando da discussão da política orçamental, tiveram oportunidade de dizer que a proposta de orçamental para este ano era exequível, embora comportasse riscos. Era, evidentemente, uma proposta com riscos. Recordo-me perfeitamente de o ter dito no meu discurso!

O Sr. José Magalhães (PS) — Disse-o aí!

O Orador — É uma proposta que é perfeitamente exequível, continuo a afirmá-lo de forma segura, mas é uma proposta que tem riscos, pelo que pode haver algumas derrapagens

O Sr. Lino de Carvalho (PCP) — Algumas?

O Orador — Vamos ver, então, o que se passa!

Ao nível do crescimento, Sr. Deputado Lino de Carvalho, não há dúvida alguma que este será, em 2000, superior a 3%, o que é um bom crescimento.

A Sra. Manuela Ferreira Leite (PSD) — Então, e o défice?

O Orador — Ao nível do défice do sector público administrativo, é hoje claro, Sr.^a Deputada, que este não ultrapassará 1,5% do PIB

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP) — Segundo que contabilidade?

O Orador — Não vale a pena vir com a conversa da contabilidade criativa, porque, como V. Ex.^a sabe, as contas portuguesas estão sujeitas à auditoria dos mecanismos de verificação europeus e, se houver alguma contabilidade criativa ou deliberativa, como diz, isso ver-se-á nessa altura

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP) — Não é contabilidade criativa? É imaginativa!

O Orador — Quanto ao nível do desemprego, este atingiu 3,8%. Aliás, basta passar por qualquer sítio deste país — e o Sr. Deputado Paulo Portas, que tanto passeia pelos lugares «reais», devia sabê-lo — para ver um anúncio a dizer «Procura-se empregada», «Deseja-se empregada», «Deseja-se empregado». Ora, isso é vulgaríssimo em todos os sítios porque há hoje uma crise de mão de obra a todos os níveis

O Sr. Lino de Carvalho (PCP) — Isso é ao nível das empregadas domésticas!

O Orador — Repito, a todos os níveis!

Quanto ao rendimento das famílias, é óbvio que houve um crescimento real. Sabe porquê, Sr. Deputado Lino de Carvalho? Para além do mais, porque houve um desagravamento fiscal. Ou o Sr. Deputado não sabe que no ano 2000, o ano em curso, houve o maior reembolso de sempre do IRS e que para o crescimento do rendimento das famílias também conta a punção fiscal, ou, neste caso, a não punção fiscal? Não sabe, portanto, que o desa-

gravamento fiscal também é relevante para fazer crescer o rendimento das famílias?

Quanto ao nível do investimento, o encerramento do II Quadro Comunitário de Apoio e o lançamento do III Quadro Comunitário de Apoio significam, para este ano, 1000 milhões de contos de investimento, valor que é extremamente significativo.

Há, realmente, a questão da inflação. *Hélas!* Há a questão da inflação que terá descarrilado completamente! O Sr. Deputado Lino de Carvalho diz que se prevê que a taxa de inflação atinja os 2,6%, quando o Governo tinha previsto uma taxa de inflação de 2%

O Sr. Lino de Carvalho (PCP) — É uma diferença de quase 50%!

O Orador — Se V. Ex.^a quiser, até pode dizer que há previsões que apontam para 2,8%, quando o Governo tinha previsto uma taxa de 2%. Pensa que isso é suficiente para que estejamos a viver uma situação de catástrofe e de crise?

O Sr. Lino de Carvalho (PCP) — Não, não! Isso não é nada! .

O Orador — O Sr. Deputado pensa que 0,8%

Protestos do PCP

O Sr. Presidente — Srs. Deputados, peço que façam silêncio!

Começo o ano parlamentar a pedir silêncio!

O Orador — Eu sei que estes argumentos são duros e que os Srs. Deputados não querem que eu lhes dê mais alguns! Aliás, já disponho de muito pouco tempo, pelo que vou ter de abreviar. Caso contrário, dar-lhes-ia algumas indicações muito interessantes.

Ouví o Sr. Deputado António Capucho falar de execução fiscal. Está completamente enganado, Sr. Deputado!

Aliás, salvo erro, foi o Sr. Deputado Paulo Portas que falou de execução fiscal.

O Sr. José Junqueiro (PS) — É a mesma coisa!

O Orador — É a mesma coisa!

Risos.

Sr. Deputado, até Julho, as receitas fiscais aumentaram 500 milhões de contos e não à custa da carga fiscal mas, sim, à custa da eficiência fiscal. Sabe quanto é que aumentou o IVA, que é um bom sintoma da evolução da economia? 11%, ou seja, muito mais do que estava previsto. Por outro lado, mesmo o famoso ISP cresceu 6,1%, ou seja, teve um crescimento inferior aos 9,7% previstos. Contudo, saliento que, no seu conjunto, a receita fiscal aumentou 500 milhões de contos, pelo que pode ficar descansado, Sr. Deputado Paulo Portas.

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP) — Mas por que é que será que o País não o entende?

O Orador — Claro que não temos, ao contrário do que acontecia noutros tempos, a noção de que existe um

oásis na sociedade portuguesa e na economia portuguesa. Sabemos que não existe um oásis na sociedade portuguesa e temos consciência de que estamos num período em que é preciso fazer uma reordenação da política social, económica e financeira, o que vai ser feito no próximo Orçamento. Já foram, aliás, anunciadas várias medidas, várias linhas de conduta e, sobretudo, uma reforma fiscal, enquanto processo de intervenção política, que apontam claramente nesse sentido.

E há uma coisa que quero dizer aos Srs. Deputados é que, com as medidas de transformação fiscal já anunciadas pelo Governo, haverá no ano 2001 um profundo desagravamento fiscal, sobretudo em relação às classes mais desfavorecidas.

O Sr. José Magalhães (PS) — Muito bem!

O Orador — E VV. Ex.^{as}, acoplando uma crise orçamental a uma crise política, que é do vosso único e exclusivo interesse partidário, serão os responsáveis pelo facto de esse desagravamento poder não se verificar no ano que vem!

Aplausos do PS

O Sr. Presidente — O Sr. Deputado Lino de Carvalho pediu a palavra para pedir esclarecimentos ao Sr. Deputado Manuel dos Santos. O Sr. Deputado dispõe, de facto, de 32 segundos, mas o Sr. Deputado Manuel dos Santos não dispõe de qualquer segundo.

Assim sendo, a Mesa concede 1 minuto a cada um dos Srs. Deputados.

Tem, então, a palavra o Sr. Deputado Lino de Carvalho.

O Sr. Lino de Carvalho (PCP) — Serei muito rápido, Sr. Presidente.

Sr. Deputado Manuel dos Santos, se um aumento de quase 50% da taxa de inflação — já vai nos 0,6% de aumento e veremos até onde é que vai — não é nada, já agora, dêem aos trabalhadores o aumento salarial correspondente à diferença para reporem o seu poder de compra. Já que isso não é nada, façam também isso! Nada por nada, Sr. Deputado, compensem os trabalhadores pelo diferencial em relação ao que negociaram para a função pública.

Por outro lado, Sr. Deputado, queria perguntar-lhe se sabe onde é que se verificou esse crescimento da receita fiscal. Foi no IVA, Sr. Deputado! Retire a essa conta os impostos indirectos sobre o consumo e vamos ver se a receita fiscal cresceu.

Calculo que tenha lido nas férias, porque é uma leitura interessante, o Relatório do Banco de Portugal relativo ao ano de 1999. Assim sendo, pergunto qual é a sua opinião sobre o facto de a taxa de tributação efectiva da banca, que ao longo dos anos já não era de 34%, mas, sim, de 20%, ter baixado, no ano passado, para 16%. Esta é a taxa de tributação efectiva da banca! Já não são os 20%, que já eram escandalosos, nem os 34%, que deviam pagar e que é o que paga a generalidade dos pequenos e médios empresários! Não pensa que é com isto que o Partido Socialista e que o Governo se devem preocupar para aumentar a receita fiscal deste país?

Aplausos do PCP

O Sr. Presidente — O ser humano não deixa de me surpreender! Há quem passe as férias a ler o Relatório do Banco de Portugal!

Risos

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP) — Foi o Sr. Deputado Lino de Carvalho e o Sr. Primeiro-Ministro!

O Sr. Presidente — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Manuel dos Santos, que dispõe de 1 minuto

O Sr. Manuel dos Santos (PS) — Sr. Presidente, em primeiro lugar, queria dizer que foi pena que o Sr. Deputado Paulo Portas não tenha respondido ao Sr. Deputado José Junqueiro, não tendo dito quais eram as taxas de juro para a habitação em 1995. Eram metade do que são actualmente, mesmo com o aumento.

Passarei de imediato à provocação e ao desafio do Sr. Deputado Lino de Carvalho. Quanto à provocação, posso dizer que é óbvio que não se vai, durante o ano de 2000, fazer uma actualização salarial, porque tal não faria sentido. No entanto, é também óbvio que, na sequência do compromisso aqui assumido pelo Sr. Primeiro-Ministro, isso será tido em conta na negociação salarial para o ano 2001. Está esclarecido e não vale a pena o senhor vir sempre com essas coisas.

Quanto ao desafio, Sr. Deputado, também me admiro com a evolução desses números e espero com confiança que eles se invertam no próximo ano, porque uma das alterações fiscais (repare que não lhe falo em reforma fiscal, mas, sim, de alterações fiscais) que estão anunciadas e que, seguramente, serão cumpridas, tem a ver com o IRC e com os benefícios fiscais. Espero, portanto, que em sede de IRC e de benefícios fiscais essa situação possa ser corrigida.

Aplausos do PS

O Sr. Presidente — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Louçã

O Sr. Francisco Louçã (BE) — Sr. Presidente, os oradores que me precederam deram a sua argumentação, coisa que também farei, acerca da crise política que vivemos.

Certamente, nenhum Deputado ou Deputada do Partido Socialista me desmentirá se disser que o País reconhece e percebe que há uma crise política e social grave. Há um Governo que não se entende, há ministros que não falam, há um Governo sem projectos, sem orientação, sem propostas e mais desgastado hoje do que há cinco anos atrás. O Governo não está em assenso, não está em reforço, mas, sim, em dificuldades.

Naturalmente, há dificuldades profundamente enraizadas nas contradições de uma sociedade portuguesa que é mais desigualitária e, portanto, menos democrática e menos transparente de todos os pontos de vista que possamos discutir.

Há uma outra crise política, esta mais conjuntural e imediata mas também muito importante. O Governo não tem um apoio maioritário e deixou de contar com aquilo que teve durante cinco anos, ou seja, com o apoio garantido pela direita às suas políticas orçamentais.

Compreendo o Sr. Deputado António Capucho quando diz que Portugal está em rota de divergência real, porque tal é verdade. Também é certo que a economia portuguesa perdeu quotas de mercado no valor de 4% em 1998 e no valor de 0,5% em 1999. Contudo, a política orçamental consagrada em 1998 foi apoiada pelo PSD no Orçamento do Estado e a política económica consagrada em 1999 foi apoiada pelo PSD no Orçamento do Estado, antes de o Partido Popular passar a apoiá-la no ano 2000. Esta é que é a crise de governação, porque houve uma garantia de um centro de gravidade de centro-direita nas políticas sociais e económicas e até, e sobretudo, no tabu da reforma fiscal, nas quais não houve qualquer mudança a não ser esta pequena-mini catástrofe política de Agosto e de Setembro do ano 2000, altura em que a direita garante que não aprova o Orçamento.

É espantoso, por isso, que o Primeiro-Ministro, em Esposende, tenha feito um ultimato às oposições para as obrigar a apoiar um Orçamento que ninguém conhece. É surpreendente que haja dirigentes políticos que se atrepelem para garantir que vão rejeitar um documento que não conhecem, mas muito mais espantoso é que o Primeiro-Ministro aceite reduzir o debate político sobre o futuro de grandes políticas económico-sociais a um grau «zero». Isto porque já não se discutem os conteúdos que so em sede parlamentar e só no momento da apresentação orçamental poderemos conhecer e, portanto, discutir, contrapondo-se, então, as diversas propostas. Dessa forma, o Primeiro-Ministro procura resumir todo este debate político a uma chantagem meramente mediática. Creio que esse é o sintoma da crise política que temos aqui e é isso, naturalmente, que vamos discutir nas próximas sessões parlamentares.

O Sr. Presidente — Srs. Deputados, resta-nos agora preparar a abertura da sessão legislativa, visto que esta é uma das competências da Comissão Permanente, se bem que nunca ninguém tenha entendido muito bem qual é o conteúdo desta competência. Isto porque mesmo esta manhã, na Conferência dos Representantes dos Grupos Parlamentares, chegámos à conclusão de que, de facto, é nessa sede que se pode preparar a nova sessão legislativa. Ora, o que se preparou, além do que vai ser agendado na próxima reunião, foi que, a partir do dia 15, que marca o início oficial da sessão legislativa, as comissões poderão passar a reunir sem autorização do Presidente da Assembleia da República e que no primeiro dia parlamentar da semana seguinte, quarta-feira, iniciaremos normalmente os nossos trabalhos, com os agendamentos que forem aprovados na próxima Conferência dos Representantes dos Grupos Parlamentares.

Não sei se alguém quer acrescentar alguma coisa sobre esta matéria.

O Sr. António Braga (PS) — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. António Braga (PS) — Sr. Presidente, tendo-o ouvido dizer que a Conferência dos Representantes dos Grupos Parlamentares terá deliberado autorizar as comissões a reunir a partir de dia 15 sem necessidade de pedir autorização a V. Ex.^a, queria dizer-lhe, aproveitando para lhe pedir autorização, que já convoquei a Comissão de Educação, Ciência e Cultura para uma reunião, a realizar quinta-

feira desta semana, em virtude de questões importantes que temos para tratar, nomeadamente de pedidos de grupos parlamentares para discutir certos assuntos

O Sr **Presidente** — Se carece da minha autorização para reunir a Comissão de Educação, Ciência e Cultura, naturalmente, tê-la-á, Sr Deputado!

O Sr **António Braga (PS)** — Considero-a adquirida agora, Sr. Presidente

O Sr **Presidente** — Se mais ninguém quer usar da palavra, daremos por encerrados os nossos trabalhos, lembrando que a próxima reunião plenária se realizará no

próximo dia 12, terça-feira, às 11 horas, altura em que procederemos à sessão solene de recepção aos Reis de Espanha

Srs Deputados, está encerrada a reunião

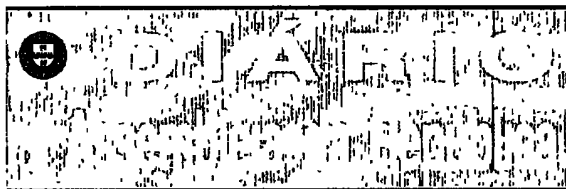
Eram 16 horas e 15 minutos

Faltaram à reunião os seguintes Srs Deputados

Partido Comunista Português (PCP)

João António Gonçalves do Amaral

A DIVISÃO DE REDACÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL



Depósito legal n.º 8818/85

IMPrensa Nacional-Casa da Moeda, S. A.

1 — Preço de página para venda avulso, 10\$00 (IVA incluído)

2 — Para os novos assinantes do *Diário da Assembleia da República*, o período da assinatura será compreendido de Janeiro a Dezembro de cada ano. Os números publicados em Outubro, Novembro e Dezembro do ano anterior que completam a legislatura serão adquiridos ao preço de capa.

3 — O texto final impresso deste *Diário* é da responsabilidade da Assembleia da República.

PREÇO DESTE NÚMERO 160\$00 (IVA INCLuíDO 5%)

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e assinaturas do «Diário da República» e do «Diário da Assembleia da República», deve ser dirigida à administração da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, S. A., Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5 - 1099-002 Lisboa.